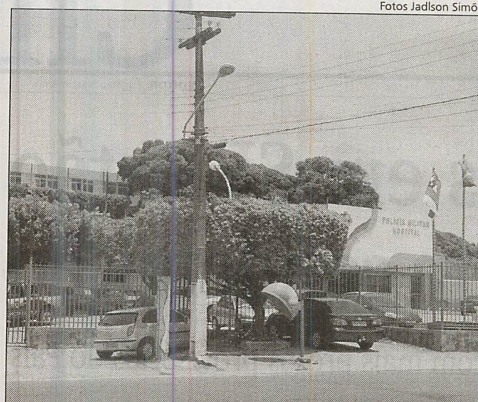




MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

**B-2** | **Jornal da Cidade**  
ARACAJU, QUARTA 24 E QUINTA-FEIRA 25 DE JUNHO DE 2015

**CIDADES**



Fotos Jádson Simões

PROMOTORES do MP foram unânimes em afirmar que a estrutura do HPM está acima da média dos hospitais públicos do Estado

# Promotoria recomenda: HPM deve ser aberto à população

## Governo tem prazo de 60 dias para informar se cumpre ou não recomendação

Paulo Roemberg  
DA EQUIPE JC

Uma utilização eficiente, funcional e efetiva do Hospital da Polícia Militar do Estado de Sergipe (HPM) com destinação pública no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Esta é a Recomendação da Promotoria de Justiça dos Direitos à Saúde do Ministério Público Estadual.

O Governo do Estado tem um prazo de 60 dias para informar se cumprirá ou não a Recomendação. O HPM é um hospital voltado para os policiais e bombeiros militares, mas que, atualmente, na visão do MPE, está sendo subutilizado.

“É uma realidade em outros Estados voltarem ao atendimento ao público. Não é uma criação jurídica nova que estamos recomendando ao governador. Tem experiência vivida no Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí”, disse o promotor de Justiça, Antônio Forte Júnior, que junto com os promotores Fábio Viegas, Nilzir Soares e Alex Maia, assinam a Recomendação.

Segundo o promotor Antônio Forte, o HPM tem tido um atendimento restrito, já que até mesmo o público alvo que seriam os policiais e bombeiros militares, não tem utilizado os serviços do hospital, por ter em regra, optado por planos de saúde privados. Apesar de terem procurado de forma diminuta a unidade hospitalar, os policiais que buscaram atendimento também reclamaram de restri-

ções. “Os militares reclamam que os mesmos não têm acesso. Não é culpa do gestor, mas sim porque não há condições financeiras, para que eles recebam o público”, comentou o promotor de Justiça, Fábio Viegas.

O orçamento mensal do HPM corresponde a R\$ 85 mil, sem contar a folha salarial dos servidores. “O HPM não é visto como um aparelho do SUS, o que impede alocação de recursos. Uma vez sendo colocado como aparelho do SUS, voltado ao atendimento da população, com certeza absoluta os recursos virão. A grande parte do Hospital não é utilizada”, afirmou Antônio Forte.

Os promotores foram unânimes em afirmar que o HPM, estruturalmente, está acima da média dos hospitais públicos do Estado. “Existe um corpo técnico muito qualificado. Dotado de aparelhagem moderna, com três centros cirúrgicos, dois completamente estruturados, prontos para realizarem cirurgias. Laboratório pleno em funcionamento. Vinte leitos de enfermagem, cinco leitos de UTIs, inclusive com dois leitos de isolamento, e que precisa ser melhor servido à população”, salientou um dos promotores.

Durante a conversa com jornalistas, os promotores

ratificaram que a Recomendação não visa orientar o Governo do Estado de como deve gerenciar a abertura do HPM para o público em geral. “É uma decisão política. Pode ser via retaguarda do Huse (Hospital de Urgência de Sergipe), pode ser atendimento direto à população, isso vamos deixar a cargo do Poder Executivo. O mecanismo e a forma como ele vão gerenciar, não vamos entrar nesse mérito”, disse o Fábio Viegas.

### Confiança

Os promotores de Justiça demonstraram confiança quanto ao atendimento da Recomendação. “Especi-

ra-se que não seja necessário ir até o Judiciário para conseguir o que se está recomendando. Basta um simples decreto do Governo do Estado. Diante de todos os argumentos estamos mostrando para o excelentíssimo governador e para seu secretariado que a solução que tem que ser tomada no HPM é essa. Se porventura não fizer, a lei já prevê o passo seguinte que é a demanda judicial”, avisou Antônio Forte. A opinião dele foi reforçada pelo colega Alex Maia. “Não precisa ir para o embate político na Assembleia. Basta um ato unilateral do

Poder Executivo para conferir uma destinação mais eficiente e social ao hospital”.

### Profissionais

Os promotores lembraram que devido à subutilização do HPM, alguns profissionais utilizam o regime de sobreaviso em casa. Ao todo, são cerca de 400 funcionários na unidade. “No concurso público realizado em 2006, o edital não limitava que esse profissional só iria atender ao público restrito a policiais e bombeiros militares e não só dentro do HPM. O profissional, quando submeteu ao certame em 2006, sabia que poderia sim atender a civis e se fosse o caso atender fora do HPM”, alertou o promotor Antônio Forte.

### KPC

O promotor Antônio Forte ainda comentou sobre as transferências para o HPM de pacientes do Huse após a descoberta da bactéria KPC que já matou duas pessoas que estavam internadas em UTIs do Hospital de Urgência. “Degringolou. O Estado precisava de leitos de UTI e de enfermagem e já dispunha na sua própria rede que era no HPM, mas a unidade cedeu apenas o espaço físico. Mas isso é emergencial e de forma temporária. Os leitos foram cedidos, mas os militares disseram que não poderiam atender civis, o atendimento quem está tentando fazer são os profissionais do Huse”, disse.

▼ “HPM NÃO É VISTO COMO UM APARELHO DO SUS, O QUE IMPEDE ALOCAÇÃO DE RECURSOS”